



24 & 25
agosto.2021

EIXO TEMÁTICO:

Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

A FUNÇÃO DO ARQUIVO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

ARCHIVE FUNCTION AND ITS CONTRIBUTION TO THE CONSTRUCTION OF INSTITUTIONAL MEMORY

Virgínia Vendramini vivi.vendra@gmail.com

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL).

Regina Aranda da Cruz Galo regina_aranda@yahoo.com.br

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL).

Letícia Gorri Molina leticiamolina@uel.br

Doutora em Ciências da Informação pela UNESP/Marília. Docente do programa de pós-graduação em Ciência da Informação do departamento de Ciência da Informação da UEL.

Resumo: Arquivo e memória possuem estreita relação no processo de construção de uma identidade organizacional, uma vez que o arquivo tem como uma de suas funções principais a guarda de documentos, os quais são capazes de evidenciar a trajetória institucional, possibilitando a geração e conhecimento por meio de pesquisa e práticas rememorativas. Nesse sentido, objetiva-se com este estudo visualizar a relação do processo de construção da memória institucional com os registros das atividades laborais e todo o trâmite informacional geridos pelos profissionais da Arquivologia, os quais atuam neste cenário como tutores de insumos para a construção da memória. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, sedimentada por procedimentos bibliográficos e documentais. Conclui-se que os arquivos são fundamentais para a construção e manutenção da memória institucional, podendo assim serem entendidos como o resultado da interação da produção documental nas organizações, seus indivíduos e sociedade, dando suporte para a construção da memória em âmbito institucional.

Palavras-chave: Memória Institucional. Memória Organizacional. Gestão de Documentos. Arquivo.

Abstract: Archive and memory have a narrow relationship in the building process of an organizational identity. The main function of the archive is the custody of documents, which are likely to emphasize the institutional history, enabling the production of knowledge by means of research and reminiscent practices. In this regard, the objective of this research is to visualize the building process of institutional memory as of labor activity records and the entire informational procedures handled by Archival Science professionals, who work as custodians of inputs to build memory. This investigation is characterized as an exploratory-descriptive research based on bibliographic documentation. It was concluded that the archives are

fundamental to the building and maintenance of institutional memory. Therefore, they are seemed as results of the documental production on organizations, individuals, and society, supporting the construction of memory in the institutional scope.

Keywords: Institutional Memory. Organizational Memory. Record Management. Archive.

1 INTRODUÇÃO

A princípio, a memória foi tomada como área de estudos da Psicologia e das Ciências Médicas, e posteriormente passou a ser objeto de estudo de historiadores e outras áreas do conhecimento. Faz-se importante também observar que o próprio desenvolvimento social agrega elementos determinantes que impulsionaram esses avanços, como “o aparecimento da escrita, o surgimento da imprensa, a fotografia e os avanços tecnológicos que provocaram mudanças significativas na ideia e no conceito de memória.” (MOTTA, 2015, p. 13).

Partindo do conceito exposto por Molina e Valentim (2011, p. 266) a respeito da constituição da memória, tem-se que esta “pode ser considerada uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural”, proporcionando e contribuindo para o desenvolvimento sociocultural dentro de variados contextos. Compreende-se que são frutos da memória construída, nossos elos sociais, nossa identidade individual e coletiva, e até mesmo nosso entendimento de sociedade e de cultura (MOLINA; VALENTIM, 2011).

A memória pode estar materializada em um objeto, na cultura local, na literatura, na religiosidade, no folclore entre tantos outros lugares. O presente é intenso e fugaz onde tudo acontece de forma muito rápida; desta maneira, os lugares de memória são referências para que os fatos e emoções sejam lembrados. São múltiplos os elementos que tornam árdua a conceituação da memória, principalmente por ter sido absorvida por variados domínios do conhecimento, o que gera disputas e conflitos teóricos (MOTTA, 2015).

A memória pode ser caracterizada como individual e coletiva, está associada à ação de lembrar e esquecer, e é naturalmente resgatada parcialmente, já que é evidente que não há possibilidade de se lembrar de tudo. De tal forma, Barbosa (2013, p. 119) explica que

A memória, tanto individual quanto coletiva, é seletiva e realiza a organização das lembranças, funcionando como uma reconstrução do passado, que não foi de um indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido dentro de um quadro social, ao qual influencia e recebe influências.

Halbwachs (1990) enfatiza que a “[...] memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva [...]”, no entanto, não “[...] deixa de seguir

seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância.”

Já a memória coletiva, relaciona-se com as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Progride através de preceitos próprios e se as “lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.” (HALBWACHS, 1990). A reflexão teórica sobre a construção da memória coletiva, aponta para uma multiplicidade de vertentes a serem exploradas. Dentro deste amplo universo, buscou-se compreender o conceito e o desenvolvimento da Memória Institucional, assim como a interação existente entre os arquivos e a memória nas organizações.

Segundo Barros e Amélia (2009, p. 56), “A importância dos arquivos no mundo contemporâneo ganhou dimensões gigantescas, pois, com o desenvolvimento de conceitos sociais, econômicos, políticos e culturais da humanidade, a sociedade da informação – como fomentadora desse crescimento – cada vez mais exige do arquivo precisão nas informações fornecidas ao seu público-alvo”, delegando a este a função de guarda de um arsenal informativo, vinculados principalmente aos aspectos históricos que dele fazem parte, os quais passam então a se caracterizarem também como fonte de pesquisa.

Através desta compreensão, buscou-se visualizar a relação do processo de construção da memória institucional com os registros das atividades laborais e todo o trâmite informacional geridos pelos profissionais da Arquivologia que, permite-se admitir, atuam neste cenário como “guardador de memórias”, ou ainda, como tutor de insumos para a sua construção.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo engloba objetivos exploratórios e descritivos. Para o aprofundamento das questões pertinentes ao tema, foi imprescindível o uso da pesquisa bibliográfica, uma vez que os aprofundamentos teóricos obtidos a partir de tal abordagem serviram de apoio para a realização e concretização dos objetivos relativos a esta pesquisa.

Nesse sentido, tem-se que a pesquisa bibliográfica se configura como o primeiro passo de qualquer tipo de estudo, uma vez que sua finalidade é revisar a literatura existente a respeito de determinado tema e, de acordo com Gil (2002 p. 44),

“é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para materialização do levantamento bibliográfico, diante de uma busca prévia, visualizou-se a escassez de materiais que relacionassem as temáticas conforme o objetivo do trabalho. Desta maneira optou-se por não delimitar apenas um local de busca, sendo a pesquisa realizada em repositórios da área, sem delimitação de período, restringindo apenas os termos de busca: “arquivo *and* memória”; “memória institucional” e “comunicação institucional *and* gestão de documentos”. A partir da revisão literatura pautada na recuperação, identificação e análise de estudos voltados à temática, procurou-se investigar o conceito de Memória Institucional e as possíveis contribuições do profissional de arquivo em sua construção.

3 MEMÓRIA E ARQUIVOS: RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL

Embora inicialmente a memória transpareça como algo extremamente individual, inerente à pessoa, deve ser percebida “[...] também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Para Pollak (1992) a memória é um fenômeno construído individual e socialmente, e em decorrência desta característica, admite um entendimento direto com o sentimento de identidade, cuja construção passa pela negociação e por critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade. Ou seja, a memória “[...] é associada à percepção de pertencimento a um mundo que engloba e constitui os indivíduos. Mais do que isso, a memória é vista como um atributo que permite se perceber em sua finitude.” (SANTOS, 2012, p. 22).

Halbwachs (1990) traz a reflexão de que toda memória coletiva se amplia a partir de um quadro espacial, no qual o espaço é uma realidade permanente onde recuperamos o passado, conservado com efeito, na realidade material que nos cerca. O mesmo autor assinala que,

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço - aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele

que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990).

Sob a ótica deste autor, não há “[...] grupo, nem gênero de atividade coletiva, que não tenha qualquer relação com um lugar, isto é, com uma parte do espaço [...]” (HALBWACHS, 1990). Através deste entendimento, podemos inferir que a memória, tanto individual quanto coletiva, pode nutrir-se das vivências de múltiplos “lugares”, e que em um prisma maximalista, esta diversidade de espaços vinculados à memória desenharia diferentes aspectos da memória da humanidade.

Dentre os prismas que envolvem a memória, tem-se como intuito refletir sobre a construção da memória no contexto institucional, o que é bem plausível, haja vista que as organizações ocupam um espaço significativo na sociedade, influenciando e interferindo em vários aspectos da vida dos indivíduos. Nesse sentido, “A memória institucional guarda profunda relação com a identidade e a cultura organizacional.” (BARBOSA, 2013), e para compreendermos o conceito de memória institucional, faz-se necessário compreender a evolução da temática no contexto corporativo.

Segundo Fortaleza (2018, p. 32), “No Brasil, os primeiros trabalhos referentes à memória nas organizações foram desenvolvidos na década de 1960”, e buscavam, em um primeiro momento, a reflexão sobre a estrutura e a evolução industrial brasileira.

Kunsch (2003 *apud* FORTALEZA, 2018, p. 32) complementa que

[...] a década de 1980 foi decisiva para mudanças nas empresas no país, pois o processo de redemocratização do Brasil se tornou um marco que contribuiu para a emergência de transformações, nas relações estabelecidas entre as organizações junto aos seus públicos de interesse.

Conklin (2001 *apud* FREIRE *et al.*, 2012, p. 42) aponta que a memória organizacional “amplia o conhecimento por capturar, organizar, divulgar e reutilizar o conhecimento criado pelos trabalhadores dentro de uma empresa”. Objetiva explicitar as concepções e formulações do conhecimento e das informações cruciais da organização para melhor geri-las. Desde modo, a memória organizacional compartilha e reutiliza o conhecimento gerado nas organizações, assim como também compartilha e reutiliza o conhecimento individual e as habilidades do saber fazer no cenário das organizações (FREIRE *et al.*, 2012).

A partir de 1990, com as implementações de programas de qualidade total inspirados nos modelos japoneses e norte-americanos, ações com focos quantitativos

geraram a destruição de grande parte dos acervos das empresas, acabando no lixo, milhares de documentos, fotografias, máquinas e objetos, sem nenhuma preocupação com a preservação da memória organizacional (BARBOSA, 2014).

Segundo Nassar (2004, p. 20 *apud* BARBOSA, 2010, p. 48) foi no fim da década de 90, que a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial “tomou para si o papel político e simbólico de demonstrar a importância da Comunicação Organizacional na defesa, na manutenção e reforço da identidade brasileira, e a responsabilidade (histórica) que os comunicadores organizacionais têm nesse processo”, estimulando assim as reflexões do tema no contexto empresarial.

Com o desenvolvimento, o estímulo, e a proposição de uma nova ótica para a memória nas organizações

[...] pudemos observar que o enfoque das práticas de memória mudou consideravelmente desde que a temática foi inserida no ambiente empresarial. Se antes o objetivo era documentar o acervo ou realizar uma mera celebração do passado, nos últimos anos os projetos de resgate histórico têm sido pensados como ações de comunicação institucional e marketing corporativo. (TOTINI; GAGETE, 2004 *apud* BARBOSA, 2010, p. 48).

Costa (1997) expõe que a memória construída nas instituições reflete no cerne da sociedade, projetando as informações que interessam ao seu funcionamento. A autora ainda argumenta que

[...] as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional, devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. **A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo.**” (COSTA, 1997, p. 145, grifo nosso).

De acordo com Costa (1997, p. 137-138), “[...] as instituições retêm aquilo que é fundamental para o seu funcionamento [...]. Ao resistir à mudança, as instituições lutam para preservar hábitos, valores, regras e comportamentos. Mas, apesar da estratificação dos saberes existentes, a mudança se impõe no tempo.”

Silva e Godoy (2017) contribuem com essa perspectiva ao afirmarem que a memória institucional está “conectada ao conceito de identidade da empresa, a reputação que é concebida ao longo de sua história”.

Compartilhar conhecimento tem ganhado cada vez mais importância no ambiente organizacional, sendo tal processo valorizado desde o armazenamento até

a efetiva utilização deste conhecimento gerado pelos usuários. Nesse sentido, e de acordo com Oliveira e Bortolin (2012), conhecer bem a instituição e todos os aspectos relacionados é condição necessária para o desenvolvimento de uma cultura organizacional, capaz de favorecer a mudança e possibilitar a criação de instrumentos que subsidiem a memória institucional. Para as autoras,

[...] a memória institucional é um meio eficaz para garantia de informação estratégica, fundamental à gestão, ao planejamento organizacional e à tomada de decisão no âmbito institucional. Além do mais, ao consolidar sua identidade, a instituição abre possibilidades de gerar, produzir e inovar conhecimentos. (OLIVEIRA, BORTOLIN, 2012, p. 175).

É sabido que toda e qualquer atividade humana gera algum tipo de documento, independentemente dos formatos e suportes em que são registrados, e por isso, “[...] existem para atender à necessidade que a sociedade possui de ter suas ações registradas e as instituições para poder guardar, conservar e disponibilizar esses documentos” (MOTTA, 2015, p. 33), visando permitir seu acesso futuro e o compartilhamento de informações.

Para uma organização, possuir sua trajetória institucional registrada por meio de documentos (principalmente no que se refere à história), expõe a sua identidade e agrega valor às suas atividades, além de funcionar como forma de comunicação organizacional e marketing corporativo. Tais aspectos são fatores fundamentais também para a construção da memória institucional. Nesse sentido, “O papel da Memória Institucional é, então, (re)construir o futuro por meio do passado e da atualidade, no qual a identificação dos elementos da cultura e da identidade organizacional serão fatores predominantes” (BARBOSA, 2012, p. 11). Acerca de tais aspectos, Silva e Godoy (2017) afirmam que:

A memória institucional vai de encontro ao cerne da organização, conectado ao conceito de identidade da empresa, a reputação que é concebida ao longo de sua história. Além disso, a preservação desta memória garante informações confiáveis sobre a entidade, que podem ser utilizadas nas tomadas de decisão diariamente, conseguindo, desta maneira, manter uma coerência dos atos institucionais [...].

Dando seguimento à reflexão proposta, pontua-se que os arquivos têm como tarefa fundamental facilitar, agilizar e dar suporte às decisões político-administrativas do governo (no caso de arquivos públicos) ou estratégicas (no caso de arquivos privados), isso sem considerar as garantias e benefícios voltados aos seus usuários.

Estes fenômenos somente são possíveis se a informação estiver tratada e puder ser recuperada com facilidade e rapidez. Assim o arquivo, como bem colocam Barros e Amélia (2009, p. 57), “[...] adquire uma nova postura, não apenas de guardião da memória, mas, sobretudo, como um espaço de referência da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada”.

Levando em consideração que uma organização produz, incorpora e acumula documentos ao desempenhar suas atividades, os registros destas informações assumem a função de comprovar as ações realizadas e possibilitar o seu conhecimento. Destarte, é função do arquivo guardar estes documentos, buscando preservar, organizar e possibilitar o acesso a informações de acordo com suas características, a partir de princípios e técnicas específicas. Assim, partindo de tal perspectiva, considera-se que “A construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais” (PEREIRA, 2011, p. 20).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pôde deixar de observar uma necessidade premente de maturação dos conceitos de Memória Organizacional e Memória Institucional, uma vez que por momentos estes se confundem e por outro se afastam. Contudo, é possível visualizar nos preâmbulos das discussões teóricas acerca do tema, a pertinência em se apontar uma memória organizacional e/ou uma memória institucional em tais ambientes, construída através de uma relação simbiótica entre indivíduo, instituição e sociedade.

A compreensão das potencialidades dos acervos documentais sugere a sua eficiência no sentido de, mais do que salvaguardar informações pontuais e de cunho probatório e/ou informativo, salvaguardar recordações. Os arquivos são o entreposto da memória e “[...] os materiais ali guardados podem despertar estímulos positivos no subconsciente de quem os aprecia, provocando a sensação de que muito já se superou, aprendeu e evoluiu.” (SOUZA; MOURA, 2010, p. 4).

Os arquivos, de maneira geral, retêm enorme diversidade documental. Documentos textuais, iconográficos, sonoros, imagéticos e até tridimensionais, são alguns exemplos dentre as variadas formas e suportes que se encontram sob a guarda de um arquivo, e preservam conteúdos relativos às atividades pelas organizações

desenvolvidas. Retratam de forma significativa, principalmente os documentos de valor secundário, o contexto e o desenvolvimento cultural de um grupo.

Neste sentido, Barreto (2007, p. 173) aponta que,

Devido a sua importância na preservação e na transmissão da cultura às gerações, na garantia de um nó identitário, e em função das necessidades crescentes de informação, em todas as esferas da sociedade [...] torna-se de vital importância social e a ele se credita atributo de continuidade da história humana [...].

Diante de tais colocações, questiona-se: que função tem o arquivo no processo de construção de memória institucional?

Infere-se que Arquivos e memória guardam uma estreita relação, pautada principalmente na natureza orgânica e funcional dos arquivos, que podem ser otimizadas quando orientadas por uma gestão eficiente da informação. As práticas arquivísticas, à medida que enfocam, entre outros assuntos, a organização, preservação e difusão dos registros organizacionais, acaba por subsidiar elementos pontuais, como dados, informações e conhecimentos, capazes de embasar a construção da memória das organizações. Sendo assim, pode-se considerar que os arquivos são fundamentais para a construção e manutenção da memória institucional, podendo assim serem entendidos como o resultado da interação da produção documental nas organizações, seus indivíduos e sociedade, e dando suporte para a construção de um perfil público, voltado ao marketing e a imagem das instituições, como nos parece ser o viés explorado na construção da memória (pública) das instituições.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andréia Arruda. **A memória institucional como possibilidade de comunicação organizacional**: o caso Exército Brasileiro. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4398/1/422346.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BARBOSA, Andréia Arruda. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. *In*: Encontro Nacional de História da Mídia, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais Eletrônicos** [...]. Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/memoria-institucional-possibilidade-de-construcao-de-significados-no-ambiente-organizacional>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BARBOSA, Andréia Arruda. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. *In: MACHADO, Vitor Barletta (org).*

Historiografia da Mídia. Volta Redonda: FOA, 2014. p. 106-130. Disponível em: http://editora.unifoa.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/Historiografia-da-Midia_PDF.pdf#page=107. Acesso em: 25 jun. 2021.

BARBOSA, Andréia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35., 2012, Fortaleza. Anais Eletrônicos [...].* Fortaleza, 2012. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2443-1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 12, n. 2, p. 161-176, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2423/1/506-2215-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384334804004>. Acesso em: 22 jun. 2021.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica.** 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FORTALEZA, Keynayanna Késsia Costa. Memória institucional e sua possibilidade educativa: análise da revista O Sucesso do Grupo Claudino. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8293/2/KEYNAYANNA_K%C3%89SSIA_COSTA_FORTALEZA_DIS.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

FREIRE, Patrícia de Sá; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani; HELOU FILHO, Esperidião Amin; SILVA, Giorgio Gilwan da. Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 41-51, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4403103>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e

terminológicas. **Revista EDICIC**, [s.l.], p. 262-276, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115215/ISSN2236-5753-2011-01-n.1-262-276.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MOTTA, Bruna Gisele. **Construção da memória a partir dos lugares, instituições e documentos**: um estudo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antão Jorge do Santuário Nacional de Aparecida. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015 Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126608/000841937.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2021.

OLIVEIRA, Marlene de Oliveira; BORTOLIN, Sueli. Memória Institucional da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). **Inf. Prof.**, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 171-186, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14594/12262>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça**: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. 2011. 173 f. Trabalho de Conclusão e Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>. Acesso em: 25 jun. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória colectiva e teoria social**. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012.

SILVA, Daniele Augusta dos Santos; GODOY, Emília Soares da Silva. O arquivo na construção da memória institucional. *In*: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 27., Fortaleza, 2017. **Anais Eletrônicos [...]**, Fortaleza: FEBAB, 2017. Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/anais/article/view/1992>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SOUZA, Alina Oliveira de; MOURA, Cláudia Peixoto de. Memória e Comunicação Institucional: a construção de relacionamentos com base em acervos. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 23., Caxias do Sul, 2010. **Anais Eletrônicos [...]**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/111480326/Memoria-e-Comunicacao-Institucional-a-construcao-de-relacionamentos-com-base-em-acervos>. Acesso em: 28 jul. 2021.